REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 3 Setembro – Dezembro 2020
Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos

ARTIGO

“JOGA FORA NO LIXO”? REFLEXÕES SOBRE O DESCARTE DE ESPÓLIO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO BRASIL

Carlos Alberto Santos Costa*, Henry Luydy Abraham Fernandes**

RESUMO

O presente artigo visa enfrentar a discussão do descarte de vestígios arqueológicos no Brasil. Partindo das nossas experiências nos processos de geração de acervos em museus, instituições de guarda e pesquisa do patrimônio arqueológico, buscamos discutir a temática a partir de três prismas: pelos aspectos legais associados ao tema; por exemplos de redestinação de materiais arqueológicos; e, finalmente, pela sugestão de diretrizes possíveis para ações de descarte. O objetivo é contribuir com a discussão, em prol da preservação do patrimônio arqueológico como bem da União e em benefício da sociedade.

Palavras-chave: descarte; patrimônio arqueológico; museus, instituições de guarda e pesquisa.

* Doutor em Arqueologia (UC-PT), Mestre em Arqueologia (UFPE) e Graduado em Museologia (UFBA). Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), onde atua no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap) e no Bacharelado em Museologia. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Museologia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade (UEFS). Pesquisador Associado do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio (CEAACP) da Universidade de Coimbra (UC-PT).

E-mail: carloscosta@ufrb.edu.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1204-322X>.

** Doutor em Antropologia com concentração em Arqueologia Histórica e Pré-Histórica (UFBA), Mestre em Ciências Sociais com concentração em Antropologia e Arqueologia (UFBA) e Graduado em Museologia (UFBA). Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), onde atua no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap) e no Bacharelado em Museologia. E-mail: luydy@ufrb.edu.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7574-9882>.

"THROWN INTO THE TRASH"? REFLECTIONS ON THE DISPOSAL OF ARCHAEOLOGICAL RESEARCH REMNANTS IN BRAZIL

ABSTRACT

This article addresses the discussion on the disposal of archaeological remains in Brazil. Starting with our experiences in the processes of producing collections in museums, and institutions to safekeep and research on archaeological heritage, we discuss the issue from three angles: the legal aspects associated to the topic; examples of the re-allocation of archaeological materials; and, lastly, suggesting possible guidelines for disposal activities. The objective is to contribute to the discussion on the preservation of archaeological heritage as federal assets, and for the benefit of society.

Keywords: disposal; archaeological heritage; museum, institutions for safekeeping and research.

¿"JUEGA FUERA DE LA BASURA"? REFLEXIONES SOBRE EL DESCARTE DEL DESPOJO DE INVESTIGACIONES ARQUEOLÓGICAS EN BRASIL

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo abordar la discusión sobre la disposición de restos arqueológicos en Brasil. A partir de nuestras experiencias en el proceso de generación de colecciones en museos, instituciones de custodia e investigación del patrimonio arqueológico, buscamos discutir el tema desde tres perspectivas: los aspectos legales asociados al tema; ejemplos de redestinación de materiales arqueológicos; y, finalmente, sugiriendo posibles pautas para las acciones de eliminación. El objetivo es contribuir a la discusión, en favor de la preservación del patrimonio arqueológico como un bien para la Unión y en beneficio de la sociedad.

Palabras clave: descarte; patrimonio arqueológico; museos, instituciones de custodia e investigación.

PREÂMBULO DA DISCUSSÃO

Sandra de Sá, interpretando a letra da música “Joga Fora”, de Paulo Massadas e Michael Sullivan, e embalada pelo *soul music* de 1986, ao tratar de um romance fracassado, advertia-nos sobre a necessidade de desapegar das coisas, apregoando: “joga fora no lixo”. Essa referência é, obviamente, apenas uma analogia que não define e nem encerra a discussão, mas nos conduz a tratar de um assunto extremamente árido para o campo arqueológico: o descarte. Esse tema é, talvez, um dos mais abordados pelos arqueólogos nos estudos de padrões de ocupação e de consumo dos diferentes grupos socioculturais (SCHIFFER, 1972). Curiosamente, esses profissionais dedicam tanto tempo a elocubrar como as diferentes sociedades descartam que, raramente, pensam sobre os seus próprios padrões de descarte. Referimo-nos, especificamente, ao descarte de materiais derivados de coletas e escavações arqueológicas.

De imediato, é necessário asseverar o que, para os propósitos deste artigo, estamos chamando de descarte. Trata-se do ato de separar vestígios arqueológicos derivados de investigações científicas sistemáticas, para os quais existe a necessidade de imposição de regime especial de salvaguarda institucional, daqueles vestígios que não dependem desse regime. Esta separação é feita por meio de processos controlados e qualificados de identificação, classificação, triagem e seleção. Não se trata, portanto, de jogar materiais arqueológicos no lixo, mas de selecionar objetos potencialmente informativos, para cuja salvaguarda os “Museus” (Art. 1º da Lei nº 11.904/2009), “Instituições de guarda e pesquisa” (IN IPHAN nº 01/2015) do patrimônio arqueológico deverão impor energia e recursos à manutenção, em prol das gerações presentes e futuras.

Temos total consciência de que esse é um tema que “eleva os ânimos” de parte da comunidade científica arqueológica, crédula da perfeição do seu labor e do infinito potencial informativo dos vestígios retirados das escavações. O grande temor que nos ronda, quando se alude ao descarte, é a perda de informação. Assombra a lembrança dos carvões de fogueiras não recolhidos ou descartados antes do advento da datação radiocarbônica absoluta e a consequente possibilidade de datar os ditos sítios literalmente jogada ao lixo. Essa argumentação se embasa, também, na crença de que o desenvolvimento tecnológico futuro dará possibilidades de estudo de objetos e vestígios coletados nos trabalhos arqueológicos; por isso, impõem-se esforços imensos no presente para guardar ao máximo possível o que é retirado das escavações.

Não obstante a fé que leva à condução dessas ações sugira extrema cautela, objetivamente o histórico brasileiro de mais de 60 anos de formação de acervos arqueológicos por pesquisas científicas tem demonstrado um cenário contrário. Na prática, temos acervos volumosos nas reservas técnicas e nos depósitos das instituições, com baixo potencial informativo, sem qualquer informação de contexto e mal acondicionados, os quais, na maioria absoluta das vezes, não possibilitam reais condições de revisitação, seja para estudo, seja para realização de trabalhos rotineiros de manutenção ou extroversão. Não sejamos ingênuos: exemplos como estes, infelizmente, constituem a maioria das situações vividas pelos Museus, Instituições de guarda e pesquisa no Brasil. Ademais, o Brasil, até muito pouco tempo, carecia de políticas para a gestão de acervos arqueológicos (COSTA, 2014, 2019). Só mais recentemente, com a elaboração da Política de Patrimônio Cultural Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio da Portaria IPHAN nº 375/2018, e com a publicação da Portaria IPHAN nº 196/2016, algum sentido foi dado a essa questão.

Justamente por isso, não é demais dizer que parte da necessidade de dar início a esta discussão deriva de aspectos práticos, fruto da impossibilidade de os Museus, Instituições de guarda e pesquisa preservarem tudo o que se coleta nas escavações arqueológicas. Acresce ao debate o fato de o desenvolvimento da Arqueologia por contrato, empresarial

e/ou preventiva (CALDARELLI, 1997, 2015; LIMA, 2002) acarretar o continuado processo de crescimento exponencial dos acervos arqueológicos, que sempre demandam espaços institucionais de salvaguarda (COSTA, COMERLATO, 2013/2014, p. 118; GONDIM *et al.*, 2017, p. 95) – tema amplamente debatido por profissionais das áreas da Arqueologia e da Museologia (BRUNO, 1999, 2013; BRUNO; ZANETTINI, 2007; COSTA, 2007, 2014, 2017, 2018; DUARTE CÂNDIDO, CALDARELLI, 2017; PARDI, 2002; SALADINO, 2015; SALADINO, COSTA, 2015; MORAES WICHES, 2010, 2012; MORAES WICHES, SALADINO, 2015).

Ainda que saibamos que o que leva à destinação da preservação dos remanescentes arqueológicos seja um fim social e público, essa reflexão não deve ser unicamente pautada no romantismo inocente desse fim, mas pelo seu propósito, de forma que não podemos excluir da mesa de discussão questões práticas relacionadas às dificuldades enfrentadas no dia a dia das instituições. Por isso, as condições administrativas associadas à permanente destinação de recursos materiais, monetários e humanos para a manutenção dos acervos e o real potencial informativo de tudo o que se preserva não podem, e nem devem, ser negligenciadas. Além disso, segundo o Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP), existe um número limitado de instituições vocacionadas à guarda de materiais arqueológicos, um total de 287 em todo o Brasil. Ainda, segundo o CNIGP, nem todas estão momentaneamente aptas para esse fim, só podem receber pequenos acervos ou não têm mais interesse em recebê-los¹.

Atingimos um ponto sem volta em que é necessário racionalizar e rever as práticas de modo franco, “exorcizando os fantasmas”. Essa revisão costuma ser mais flagrante para profissionais incumbidos de coleções depositadas em museus, formadas segundo uma óptica:

(...) de que quanto mais material arqueológico coletado e quanto mais sítios descobertos, melhor seria o resultado da pesquisa. [Refletindo uma] metodologia de coleta (...) difundida entre os arqueólogos da época [1995, quando a arqueologia de contrato dava seus primeiros passos], cuja preocupação maior era coletar o máximo de acervo antes do sítio ser totalmente destruído (GONDIM *et al.*, 2017, p. 85).

Ademais, pensar em descarte impõe ao profissional responsável pelo trabalho arqueológico a permanente reflexão sobre critérios que conduzam a selecionar bens que sejam efetivamente valoráveis por diretrizes científicas e sociais e, sobretudo, a considerar que os acervos depositados nos Museus, Instituições de guarda e pesquisa estariam adequadamente analisados, preservados no seu potencial físico e informacional e preparados para a acomodação nas reservas técnicas ou para a extroversão. Essa sequência de ações dá trabalho e aumenta os custos dos projetos de Arqueologia – que majoritariamente derivam de arranjos liberais econômicos – e de projetos inseridos em licenciamentos ambientais de empreendimentos desenvolvimentistas de engenharia e de exploração do meio – cujos orçamentos são construídos em regimes de livre competição, em que o menor preço garante a execução do trabalho. Mesmo nos projetos arqueológicos ditos acadêmicos, realizados fora desses regimes competitivos, a realidade não é diferente.

Ante a este cenário, seria falso considerar que os acervos adequadamente preparados à salvaguarda correspondem à realidade dos Museus, Instituições de guarda e pesquisa do patrimônio arqueológico no Brasil. Por outro lado, não seria excessivo dizer que, para os arqueólogos submissos a regimes de trabalho liberais e mesmo para as realidades acadêmicas de labor, é mais fácil preservar acervos oriundos de coletas

¹ Disponível em <http://www.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1429>. Acessado em 01/08/2020.

integrais. Isso porque essa condição tira do profissional a responsabilidade de selecionar o que se descarta em detrimento do que se preserva. Em última análise, o problema da manutenção permanente dos acervos volumosos não será dos arqueólogos, mas dos Museus, Instituições de guarda e pesquisa do patrimônio arqueológico (COSTA, COMERLATO, 2013/2014). Para o descarte, há que se averiguar “dos males qual o menor”, administrando seus riscos inevitáveis inerentes ao trabalho científico e pensando, retrospectivamente, como foi colocado com franqueza por Carlos Fabião: “Entendamo-nos: descartes sempre houve, há e haverá, por distintas razões” (FABIÃO, 2019).

Todavia, a nosso ver, o processo de descarte realizado mediante necessidades imanentes às escavações não vem à tona em sua verdadeira totalidade, muito por conta de um receio difuso. Em decorrência, o descarte deixa de ser conhecido e sistematizado. Parece pairar algum incômodo sobre o ato de excluir quaisquer vestígios recolhidos, não obstante aumentem as vozes para a abertura de debates sobre o assunto, como indica a Carta de Prioridades elaborada no Fórum REMAAE e GT Acervos da SAB, ao listar entre as prioridades para as políticas de acervo: “Discutir diretrizes quanto à aquisição, triagem e descarte de acervos arqueológicos” (SALADINO, 2019, p. 144).

Nesse aspecto, mais do que a destinação de salvaguarda de acervos arqueológicos oriundos de coletas integrais, interessa-nos que aquilo que é destinado à salvaguarda institucional esteja sob a égide de procedimentos de preservação física e informacional bastante rígidos, os quais ulteriormente possibilitem a revisita dos dados para uso científico e social. Seria o ideal. Mas, como prover isso sem um processo controlado e ético de racionalidade e de racionalização na geração dos acervos arqueológicos?

Enquanto na Arqueologia a discussão acerca do descarte é um tabu, nas demais áreas de conhecimento de naturezas análogas que destinam esforços à preservação de acervos – tais como a Ciência da Informação (Arquivologia e Biblioteconomia) e a Museologia –, esse é um tema conhecido, debatido, normatizado e previsto nos códigos deontológicos, sob diversas designações: descarte, destruição, baixa e desbastamento (ALONSO, 1988; Arts. 28 e 38 da Lei nº 11.904/2009; Art. 2º da Lei nº 12.682/2012 [alterado pela Lei nº 13.874/2019]; CAMARGO-MORO, 1986; ICOM, 2004; SILVA *et al.*, 2012). Portanto, fica evidente que não estamos aqui defendendo que os materiais sejam descartados irresponsavelmente em nome da economicidade, mas que a discussão acerca do descarte seja abordada com o rigor que a complexidade do tema enseja.

Talvez em decorrência dos tabus que o assunto enfrenta, a referência ao descarte é muito rara na literatura arqueológica brasileira. Poucos são os autores que se dedicaram a discutir profundamente o tema como um procedimento da prática arqueológica, de forma que as referências são ligeiras e/ou tangenciais (COSTA, COMERLATO, 2013/2014; GONDIM *et al.*, 2017; LAIA, 2017; RIBEIRO, 2017).

Ademais, é curiosa essa negação da área arqueológica à discussão do descarte como uma prática da profissão, uma vez que selecionar bens é uma ação aplicada historicamente nos processos de preservação do patrimônio cultural. Da mesma forma que, em função das críticas derivadas a essa prática, sobretudo por parte do meio acadêmico, esses processos são aperfeiçoados ao longo do tempo, de modo a admitir a diversidade de patrimônios e de grupos socioculturais interessados nessas discussões (CASTRO, FONSECA, 2008; CHOAY, 1996, 2001; FONSECA, 2005; POULOT, 2006). Sabemos que, no campo geral do patrimônio cultural, a seleção de bens à preservação resulta de um complicado e extenso processo de valoração de aspectos a eles associados, tais como: singularidade; excepcionalidade; monumentalidade; apelo estético (artístico); relevâncias científica, histórica e sociocultural; antiguidade; dentre outros (COSTA, 2019; RIEGL, 2014 [1903]). Entretanto, por que esses processos de valoração não são

discutidos na Arqueologia brasileira? O que impede os arqueólogos dessa ação? Quais os fatores levam os arqueólogos a negarem a realidade vivida?

Nosso objetivo é contribuir com essa discussão, trazendo algumas reflexões sobre o tema, pautadas em nossas experiências de trabalho no âmbito da Arqueologia associada aos licenciamentos ambientais, da Arqueologia acadêmica, dos processos curatoriais realizados no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA) e no Laboratório de Documentação e Arqueologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (LADA/UFRB). Para tanto, este artigo está dividido em três partes. Iniciamos abordando aspectos da legalidade do descarte de vestígios arqueológicos. Seguimos apresentando exemplos de redestinação de materiais arqueológicos. E, finalmente, tratamos de sugestões de diretrizes passíveis para a reflexão de ações de descarte do patrimônio arqueológico.

Cabe precisar um aspecto da abordagem. Toda a discussão sobre descarte apresentada se aplica exclusivamente a acervos arqueológicos derivados de pesquisas em execução e cujos processos de geração estejam ativos ou a acervos já gerados, mas que tenham a possibilidade de ser submetidos à seleção de materiais para descarte pelos profissionais que os formaram. Nos casos de acervos de pesquisas antigas ou derivados de outros processos de aquisição que não a pesquisa sistemática – doação, legado, compra, depósitos permanentes, permuta etc. (CAMARGO-MORO, 1986, p. 21) –, essa discussão não se aplica.

A PERTINÊNCIA JURÍDICA DO DESCARTE

Uma das dificuldades que se interpõe à prática do descarte de parcelas dos acervos arqueológicos, resultantes de trabalhos sistemáticos de Arqueologia, consiste na legalidade dessa abordagem. Nesse prisma, antes inclusive de se falar em descarte, cabe compreender como nos textos normativos essa parcela do patrimônio cultural é entendida. Assim, o primeiro tema a ser enfrentado é a definição daquilo que constitui o patrimônio arqueológico móvel. Para fins deste artigo, chamaremos de patrimônio arqueológico móvel os vestígios materiais derivados, de forma direta ou indireta, da ação humana, identificados em sítios arqueológicos e sobre os quais é passível a aplicação dos procedimentos de interpretação e contextualização arqueológica que conduzam à compreensão de diferentes grupos socioculturais passados e presentes. Tais vestígios podem ser produzidos de forma consciente ou inconsciente, intencional ou não intencional, estruturados ou não estruturados, culturais ou naturais, tais como os artefatos, biofatos, ecofatos e geofatos. Portanto, embora a relação lógica seja direta, não nos referimos aos espaços dos sítios arqueológicos, que encontram conceituação nos textos legais (Art. 2º da Lei nº 3.924/1961; Portaria IPHAN nº 316/2019), mas aos materiais deles derivados.

Para se entender a pertinência dessa conceituação, note-se que, na maior parte das normas legais e infralegais, o patrimônio arqueológico móvel é tratado como um conhecimento tácito, de compreensão difusa por parte dos operacionalizadores dos textos legais. Essa observação pode ser verificada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na qual o patrimônio arqueológico móvel é identificado como “bens”. Por seu turno, na principal legislação brasileira sobre o tema, a Lei Federal nº 3.924/1961, essa mesma parcela do patrimônio é identificada como “objetos”, “utensílios”, “vestígios”, “material”, “bens”, “elementos”, “indícios”, “achado”, “coisa descoberta”, “monumentos” e “Patrimônio Nacional”. Nesta mesma linha de argumentação, replicando alguns dos termos constantes na lei, a Portaria SPHAN nº 07/1988 revela os substantivos “objetos”, “bens”, “elemento” e “material”. Por fim, a IN IPHAN nº 01/2015 refere-se a “bens”, “material” e “patrimônio material”.

Para tratar do patrimônio arqueológico móvel, será no texto da Portaria IPHAN nº 196/2016 que encontraremos melhor adequação, por meio da expressão “bens arqueológicos móveis”. Embora aplicável a todo o patrimônio arqueológico, no glossário dessa norma infralegal é identificado com algum grau de precisão o seguinte conceito: “**Bem arqueológico** é o item de origem arqueológica, móvel ou imóvel, e que se configura como Bem da União” (Portaria IPHAN nº 196/2016).

Tendo em vista que uma das funções da Portaria IPHAN nº 196/2016 é regular aspectos associados à conservação de bens arqueológicos móveis, apesar da ausência de um conceito específico, a leitura conjugada do texto infralegal e de seus anexos conduzem o leitor à compreensão de uma definição relativa do aspecto regulado.

O mais próximo que chegaremos de uma definição que permita compreender os elementos móveis dos sítios arqueológicos, passíveis de aplicação dos protocolos de descarte, está na Portaria IPHAN nº 316/2019, que, ao definir sítio arqueológico, avança na qualificação de seus conteúdos, assim preconizando:

Art. 2º Para fins desta Portaria, Sítio Arqueológico é o local onde se encontram vestígios resultantes de atividades humanas, do período pré-colonial ou histórico, localizados em superfície, subsuperfície ou submersos, passível de contextualização arqueológica (Portaria IPHAN nº 316/2019).

Enfim, podemos dizer que, em relação a uma definição legal e infralegal, o “patrimônio arqueológico móvel” é mais compreendido em função das práticas e experiências profissionais daqueles que trabalham com essa parcela do patrimônio como um conhecimento tácito, do que pela exatidão normativa. Apesar disso, curiosamente, a quantidade de termos utilizados para identificar o “patrimônio arqueológico móvel” nos documentos legais acaba conduzindo a uma compreensão geral do segmento de interesse e alcance das normas. Isto é, a profusão terminológica verificada é justamente o que constitui e delimita a definição legal.

Feita a definição do segmento passível dos protocolos de descarte, sigamos à questão básica deste texto: juridicamente, é possível falar em descarte? Imediatamente, informamos que sim: é. Vejamos os argumentos.

Conforme preconiza o *caput* do Art. 216 da CF/1988: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)”. De acordo com o inciso V do citado artigo, os “sítios de valor arqueológico” enquadram-se nessa definição.

De acordo com o Estatuto dos Museus, a Lei nº 11.904/2009 – quando, no parágrafo único do primeiro artigo, precisa o alcance da definição legal de Museu –, enquadrar-se-ão na categoria de Museus “(...) as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades” (*grifo nosso*). Sendo o patrimônio arqueológico constituinte do patrimônio cultural brasileiro e as “Instituições científicas especializadas”, as “instituições (...) [que promovem] o estudo e a defesa dos monumentos arqueológicos e pré-históricos” ou mesmo os “serviços técnico-administrativos (...) [de] preservação e estudo das jazidas arqueológicas e pré-históricas” (Lei nº 3.924/1961) vocacionadas à salvaguarda do patrimônio arqueológico, há alguma dúvida de que o Estatuto do Museus é aplicável ao patrimônio arqueológico?

Como se pode ver, não foi necessária nenhuma interpretação alheia ao que está expressamente definido na Constituição e nas leis para a demonstração de que o Estatuto dos Museus é aplicável à salvaguarda institucional do patrimônio arqueológico. Apesar de ser elementar a observação – e, por isso, parecer estranho que ela precise ser realizada

–, essa ainda é uma advertência necessária, já que, para a salvaguarda e proteção institucional do patrimônio arqueológico, o Estatuto dos Museus parece não ser utilizado como um recurso.

Em função dessa impressão, temos como dúvida se o criativo termo “Instituição de guarda e pesquisa”, inaugurado na IN IPHAN nº 01/2015, configura-se como um “malabarismo” jurídico que tenta alijar o campo dos Museus do debate. Essa impressão parece achar amparo na Portaria IPHAN nº 375/2018, que “Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências” e que, no parágrafo único do seu Art. 73, define as “Instituições de guarda e pesquisa” como parceiras do IPHAN para o cumprimento da missão de salvaguarda do patrimônio arqueológico, diferenciando-as dos Museus em seu Art. 58. Uma ausência significativa observada é que o conceito de Museu apresentado no glossário dessa Portaria, o mesmo do Art. 1º da Lei nº 11.904/2009, exclui o parágrafo único, o qual permitiria a equivalência entre os Museus e as Instituições de guarda e pesquisa. Entretanto, apesar dessa exclusão, basta um simples exercício de comparação entre os dois termos constantes no glossário da norma que se verificará a semelhança de condições, pois se tratam de textos tautológicos, quando em muitos pontos não são, inclusive, idênticos. Nesse aspecto, nunca é demais afirmar, de forma inequívoca, que as Instruções Normativas e as Portarias são normas infralegais, hierarquicamente inferiores, pois, à Constituição e às Leis.

Compreendido, portanto, que o Estatuto dos Museus é aplicável à salvaguarda institucional do patrimônio arqueológico, vejamos o que se fala sobre o descarte. O *caput* do Art. 28 da Lei nº 11.904/2009 determina que: “O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências”. Na sequência, o § 1º preconiza que os aspectos previstos no texto deste artigo, dentre outros, também se aplicam “à política de aquisições e descartes”. Por sua vez, o Art. 38 é bem claro nesta previsão, quando prescreve:

Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.

Parágrafo único. Os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no respectivo Diário Oficial (Lei nº 11.904/2009).

Mas, para além do Estatuto dos Museus, uma norma infralegal, a Portaria IPHAN nº 196/2016, também traz essa previsão. Em seu anexo 1, denominado “Recomendações para a conservação de bens arqueológicos móveis”, apresentam-se aquelas oferecidas aos coordenadores de pesquisas arqueológicas. Observa-se que o item III sugere que: “O projeto deverá informar a opção teórico-metodológica no que tange à triagem e coleta de bens arqueológicos”. Como se vê, a triagem e a coleta são tratadas como ações conjugadas, mas distintas. A busca pelo significado do termo “triagem” em qualquer dicionário da língua portuguesa demonstrará que ele se associa aos verbos separar, selecionar e escolher.

Em síntese, compreendemos que, do ponto de vista legal – seja pela legislação aplicável aos Museus, seja pela Portaria que regula a conservação do patrimônio arqueológico –, as ações de descarte são contempladas.

TENTANDO POSSIBILIDADES

Pensando em termos racionais, é urgente confrontar as inquietações que rondam o descarte. O arqueólogo lusitano Carlos Fabião nos apresenta três motivos corriqueiros para a prática do descarte: o desconhecimento do potencial científico; a redundância; e o

volume excessivo do espólio (FABIÃO, 2019). Por outro lado, há estratégias frutíferas e bastante inusitadas, haja vista aquela proposta por Diego Lemos Ribeiro, cujo escopo ressemantiza o termo “descarte” em “mobilização de acervo”. O autor cita o exemplo da reutilização de azulejos descartados, ou melhor, mobilizados do acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPEL), aplicados na parede da cozinha do Museu do Doce, na mesma cidade, onde voltaram a ser “vistos, lidos, reinterpretados e revalorizados”, ensejando mais a “potência patrimonial do que a morte simbólica dentro de uma caixa” (RIBEIRO, 2017, p. 284).

Outro meio de desmistificar o descarte pode ser decompondo a ação na forma de perguntas, tal como ocorreu no caso concreto do espólio do sítio Rio do Meio, abrigado no Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina (MARQUE/UFSC). Vinte anos após o resgate, com seus espaços de reserva quase completamente tomados, os atuais responsáveis pela guarda se perguntaram algo que cada vez mais se torna uma obviedade: “Até que ponto resgatar sem processar é realizar um salvamento arqueológico?” (GONDIM *et al.*, 2017, p. 92). Para evitar essa armadilha, essa situação difícil, porém corriqueiramente crescente, seria necessário refletir previamente sobre o descarte: o que é; de que forma pode acontecer; em quais etapas da formação do acervo deve ser realizado; quem são os responsáveis; e, fundamentalmente, quais os critérios para justificá-lo.

A proposição de diretrizes para o descarte está intimamente atrelada às capacidades de interpretação e de obtenção de informações dos espólios. Dessa forma, um investigador que lide com a tecnologia lítica a partir dos conceitos de cadeia operatória apontará como indispensável a recolha de todos os produtos de lascamento. Por outro lado, pesquisadores do universo cerâmico suporão como necessária a coleta total dos fragmentos da utensilhagem de seu estudo. Se adirmos a tais prerrogativas as diversas complementaridades interdisciplinares – como, por exemplo, as análises traceológicas líticas ou palinológicas e de resíduos aderidos à cerâmica –, fatalmente seremos levados a endossar as coletas integrais. Ocorre que, como vimos pelos episódios citados da bibliografia, tal procedimento definitivamente agiganta e inviabiliza a guarda do espólio. Há que se ter parcimônia de modo a contemplar satisfatoriamente todos os enfoques, sem favorecer nenhum em detrimento dos outros. Este é, em suma, o desafio que o descarte coloca no horizonte.

Recorrendo a um campo do conhecimento bastante correlato à Arqueologia, ou seja, a Museologia, o termo “descarte” assume a forma semântica de “baixa”. Ainda assim, dar baixa a um objeto do acervo de um museu guarda grande equivalência a descartar uma peça de um espólio arqueológico. Segundo Fernanda Camargo-Moro, trata-se da operação

(...) mais difícil e contestada (...). Dar baixa é sempre uma grande preocupação, pois traz uma série de interpretações e complicações sob o ponto de vista técnico e ético. Principalmente no ato de dar baixa pode haver todo um comprometimento ético profissional, merecendo um cuidado enorme e uma base de fundamentação perfeita, pois pode também ser considerado crime (CAMARGO-MORO, 1986, p. 27).

Ainda assim, os museólogos confrontaram essa difícil preocupação com a criação de regramentos estatutários sobre a baixa, que incluem o exame por uma comissão de profissionais, a elaboração de um dossiê fundamentado, a avaliação do parecer por uma instância dirigente do museu e, finalmente, a baixa ou descarte. Da mesma forma, como demonstramos, o descarte de objetos musealizados guarda amparo legal nos Art. 28 e Art. 38 do Estatuto dos Museus.

Como uma proposta de abertura do diálogo, conforme também já demonstramos, é possível – consoante a Portaria IPHAN nº 196/2016 – inserir, nos projetos de pesquisa arqueológica, o descarte, ou melhor, a triagem como procedimento, a qual sugerimos que se dê nas seguintes etapas: 1) durante os procedimentos de preparação da coleção, antes de ingressar no acervo do Museu, Instituição de guarda e pesquisa; 2) pela instituição, durante a conferência do acervo; e 3) em análises posteriores, aprofundadas ao longo de estudos específicos sobre o acervo. Em todas as três etapas estipuladas, a responsabilidade cabe ao arqueólogo; na melhor das hipóteses, preferencialmente, a uma equipe com mais de um profissional.

SUGESTÕES DE DIRETRIZES PARA O DESCARTE

Embora se aplique a uma realidade distinta da brasileira, mas tendo em vista refletir o mesmo problema, um excelente documento orientador da discussão do descarte é a “Recomendação de boas práticas na gestão de espólios arqueológicos: recolha, seleção e descarte” (2018), elaborada pelo Grupo de Trabalho para Espólios Arqueológicos (GTEA). Tal GT foi composto por profissionais da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), da Câmara de Lisboa/Centro de Arqueologia de Lisboa (CML/CAL), da Universidade Nova de Lisboa e da empresa ERA Arqueologia, S.A., além de um profissional independente.

Conforme a compreensão corrente entre os arqueólogos, a unidade básica de análise dos contextos arqueológicos é o sítio arqueológico (BATE, 1998; BOADO, 2012; BICHO, 2006; GALLAY, 1986; HODDER, 1988; JOHNSON, 2000; RENFREW, BAHN, 1993; TRIGGER, 2004 [1989]). Sendo assim, a primeira diretriz para a reflexão sobre o descarte é considerar o sítio como unidade mínima de abordagem.

Decorre dessa compreensão uma segunda diretriz, a qual propõe que o universo artefactual preservado deve ser representativo da diversidade dos materiais identificados no contexto coletado ou escavado (GOMES *et al.*, 2018). Ou seja, após o descarte, nenhuma das classes de vestígios previamente existentes no sítio deve ser negligenciada do acervo. Idealmente, essa diretriz considera o caráter da representatividade do contexto arqueológico pela coleção formada, o potencial informativo científico, a adequação para a comunicação museológica e o estado de conservação dos itens.

Neste caso, somos levados a uma nova questão: o que é a representatividade de uma peça? A resposta não é simples e talvez essa complexidade seja uma das principais fontes de onde nascem os medos do descarte. Não há conhecimento prévio do contexto antes de escavá-lo e estudá-lo e, assim sendo, não há segurança para afirmar se algum item é representativo ou não daquele todo ainda em processo inicial de estudo. Em última instância, quem tem o comprometimento de atribuir a representatividade a cada fragmento ou objeto obtido na coleta ou escavação (como também de fixar o grau dessa representatividade em relação ao sítio) é o próprio arqueólogo. Sobre ele recairá a responsabilidade de decidir quanto à seleção. Em termos práticos, há que se redigir um “regime de conduta”, guiado pelo que delineou Martha Helena Loeblein Becker Morales, explicitamente ampliando os procedimentos, inclusive, para abraçar o descarte:

Definir o que é significativo e o que é representativo, onde escavar, o que preservar e o que expor, são atitudes decisivas na construção do passado, operadas por variados profissionais em nome de muitos interesses. Argumento que os discursos acerca destas decisões são marcados por determinados conceitos e definições que acabam, em última instância, por estabelecer um regime de conduta ao pesquisador (MORALES, 2015, p. 35).

Outro tema delicado, que enumeramos como terceira diretriz, refere-se ao potencial informativo científico de uma peça. De fato, um objeto pode não ser representativo e ter grande potencial informativo ou vice-versa. Todavia, estimar tal potencial requer amplo domínio sobre as classes de artefatos que podem surgir nos sítios durante as escavações e sobre suas respectivas possibilidades de análises.

No que tange ao valor expositivo, a quarta diretriz, percebê-lo em um artefato requer compreender a sua adequação às narrativas expositivas de mais apelo ao público. É notório que peças inteiras, esteticamente belas e exóticas exercem fascínio nas pessoas. Estamos, neste caso, falando da “musealidade” dos objetos, entendida como o processo de obtenção das qualidades museais. Seria, portanto, o processo que possibilitaria a permanência qualificada (a partir da documentação e da conservação) e a promoção dos objetos no âmbito de um contexto museológico (DESVALÉES, MAIRESSE, 2013; STRÁNSKÝ, 1995).

Não obstante, como nas escavações os despojos soem estar quebrados, o foco recai naqueles fragmentos maiores e/ou a serem restaurados. Aqui, tangenciamos a quinta diretriz: o estado de conservação dos objetos. Coadunando as terceira e quarta diretrizes, pode-se propor a seguinte questão: qual o custo-benefício de se recolher e manter peças em determinados estados precários, frente aos esforços requeridos para que parte delas seja exposta e parte preservada indefinidamente?

Cabe aqui uma advertência: as terceira, quarta e quinta diretrizes não são interdependentes. Isto porque uma peça pode ter potencial científico, estar em péssimo estado de conservação e não ter valor expositivo. Da mesma forma que pode ter grande apelo para as exposições, mas estar em estado de conservação ruim e com poucas informações de contexto (portanto, ter baixo valor científico). Ou ainda pode estar em excelente estado de conservação, não ter contexto e ser de pouca comunicação nas funções expositivas, tais como os materiais construtivos.

Ante a todas as diretrizes anteriores, emerge a sexta diretriz, que está relacionada à necessidade de competência profissional para a realização do procedimento, o qual deve ser executado exclusivamente por arqueólogos. Dessa forma, o descarte pressupõe conhecimento profundo das técnicas de coleta e de análise dos materiais e do contexto estudado, de modo que só poderá ser processado a partir do conhecimento e interpretação de todo o sítio. Aqui, é imperativo informar que, sendo o descarte uma questão pouco debatida no Brasil, essa ausência terá repercussão direta na formação de seus profissionais arqueólogos: de um lado, os cursos de formação em Arqueologia, tanto na graduação quanto na pós-graduação, não preparam os estudantes para ponderar aspectos associados ao descarte; de outro, temos um contingente imenso de profissionais que nunca foram preparados para esse fim.

A sétima diretriz deriva da necessidade de compreensão profunda dos acervos, a qual sugere que os procedimentos de descarte só sejam realizados em laboratório, após detalhada análise de todos os vestígios, que deverão ser classificados, valorados e selecionados. Assim, evita-se a perda de informações em função da celeridade de realização dos trabalhos de campo e estimula-se a triagem feita em ambiente controlado, após limpeza, tratamento e estudo; dá-se, portanto, produção de conhecimento sobre todo o universo artefactual.

Como oitava diretriz, supondo que o descarte deva ser realizado com controle absoluto dos procedimentos, há a necessidade de documentação daquilo que deixará de compor o espólio coletado ou escavado nos sítios arqueológicos. Disso, decorre a consideração de que os critérios de triagem e seleção devem sempre ser claramente explicitados em qualquer uma das etapas em que aconteçam. Por isso, torna-se importante que os Museus, Instituições de guarda e pesquisa disponham de políticas de

aquisição e descarte muito claras, que embasem previamente as ações a serem executadas pelos arqueólogos. Sendo assim, invariavelmente, os itens descartados devem ser classificados, descritos e registrados, inclusive com fotografias de conjunto a partir de um regime de conduta ou de um protocolo normativo de procedimentos.

Aqui, cabe uma nona diretriz, de natureza operacional, que reflete onde descartar os materiais retirados do regime especial de salvaguarda. Uma das possibilidades é que sejam retornados ao próprio sítio, caso esteja preservado o espaço e exista a possibilidade de se abrir um poço cujo conteúdo seja totalmente preenchido pelos descartes, sendo devidamente identificado o local e a operação, inclusive através de artefatos contemporâneos, visando permitir a sua leitura no futuro. Outra possibilidade é, na instituição de destinação e guarda final do espólio, indicar claramente a forma e os locais de descarte. Em qualquer condição, o local de redeposição final dos objetos deve ser evidenciado e registrado, com o objetivo de não criar falsos contextos para o futuro a partir de artefatos arqueológicos descartados. Duas possibilidades de registrar o depósito de formação do descarte é fabricar placas cerâmicas com alto grau de queima e que contenham as informações do descarte, ou gravar em rocha, em baixo-relevo, essas informações; e depositá-las na base e no topo do conjunto descartado.

Por fim, como consequência lógica dos protocolos adotados para a diretriz anterior, que considera o “sepultamento” do material descartado em local previamente definido, emerge a décima diretriz, que se relaciona a possibilidade de retorno aos materiais descartados. Dessa conduta, evidencia-se a necessidade do local de descarte ser conhecido e acessível, além de deixar explícito que se trata de um procedimento organizado e associado a toda a documentação produzida. Em outras palavras, seria necessário assegurar a plena vinculação do descarte aos dados sobre a escavação, para o possível retorno aos materiais descartados.

Essas são apenas algumas sugestões de diretrizes, trazidas pelas nossas observações das realidades vividas. Esperamos que os colegas contribuam com o debate por meio de outras propostas, a partir das suas experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, neste artigo, enfrentar o problema do descarte de materiais arqueológicos. Sabemos que nem todos os arqueólogos concordam com as propostas e evitam o debate. Contudo, para quem vive a realidade dos Museus, Instituições de guarda e pesquisa, e espelhando a realidade de áreas análogas à Arqueologia, essa discussão chega tarde.

Em nossa avaliação, o cenário está posto. De um lado, entendemos que o corpo normativo vigente possibilita a realização do descarte. Nesse tocante, embora haja a possibilidade de realização do descarte ou triagem prevista nas normas brasileiras, acreditamos que ainda urge a elaboração de regulamentos mais claros, que deem segurança para os profissionais realizarem essas ações nos trabalhos que executam. De outro, existem propostas bastante criativas de reutilização de materiais arqueológicos para fins expositivos e educativos. Em qualquer das condições, é urgente a discussão das diretrizes que tirem o tema da marginalidade e exponham essa “chaga” à comunidade de forma franca, aberta e ética, discutindo a questão como um procedimento do próprio campo de conhecimento. Assim, a ideia de propor diretrizes visa estimular o debate, na medida em que podem existir outros caminhos para os quais almejamos a contribuição dos pares.

Ademais, entendemos que a discussão aqui proposta não pode ser fruto do exclusivo interesse de alguns poucos abnegados, de modo que nela é indispensável o amplo envolvimento de vários pesquisadores, instâncias e entidades científicas. Não podemos

perder o foco de que todas essas ações visam contribuir com a finalidade que leva à preservação dos acervos arqueológicos, que é a possibilidade de acesso ao patrimônio cultural para as gerações presentes e futuras, como um bem social e público. Não observar que a constituição de acervos integrais é insustentável a curto prazo, significa atuar voluntariamente como agente de depredação dos bens da União.

Enfim, retomando a analogia, como Sandra de Sá potentemente vocalizou: se não pode amar, “joga fora no lixo”, pois manter os acervos da maneira como estão é inviável e desonesto com a realidade fática. Mas, se acreditamos que a situação dos acervos pode ser reconduzida em prol da sociedade, o melhor é, segundo, mais uma vez, vocalizou a intérprete: “dar mais uma chance”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Marta Dolabela Lima. Descarte. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 16, n. 2, p. 191-206, 1988.
- BATE, Luis Felipe. *El proceso de investigación en Arqueología*. Crítica, Barcelona, 1998.
- BICHO, Nuno Ferreira. *Manual de Arqueologia pré-histórica*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BOADO, Felipe Criado. *Arqueológicas, la razón perdida: la construcción de la inteligencia arqueológica*. Barcelona: Bellaterra, 2012.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 25*, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Publicado no DOU de 6/12/1937.
- BRASIL. *Lei federal nº 3.924*, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Publicado no DOU de 27/7/1961 e retificado em 28/7/1961.
- BRASIL. *Lei federal nº 11.904*, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Publicado no DOU de 15/1/2009.
- BRASIL. *Lei federal nº 12.682*, de 09 de julho de 2012. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. Publicado no DOU de 09/07/2012.
- BRASIL. *Lei federal nº 13.874*, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. Publicado no DOU de 20/09/2019.
- BRASIL. *Portaria Minc/Sphan nº 07*, de 01 de dezembro de 1988. Estabelece procedimentos para a comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstos na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.
- BRASIL. *Portaria Minc/Iphan nº 196*, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.
- BRASIL. *Portaria MDS/Iphan nº 375*, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. As futuras gerações têm direito à herança arqueológica? Premissas e desafios dos processos de musealização. In: MACHADO, Gerson; SOUSA, Flávia Cristina Antunes de; STERBACH, Judith (Orgs.). *Educação patrimonial e Arqueologia pública: experiências e desafios*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013, p. 21-39.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ZANETTINI, Paulo Eduardo. O futuro dos acervos. In: *Anais do I Congresso Internacional de Arqueologia da SAB e XIV Congresso Nacional da SAB – Florianópolis* (CD-Rom). Erechim, Habilis, 2007.
- CALDARELLI, Solange Bezerra. Arqueologia Preventiva: uma disciplina na confluência da Arqueologia pública e da avaliação ambiental. *Habitus*, v. 13, n. 1, p. 5-30, 2015.

- CALDARELLI, Solange Bezerra (Org.). *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia, 1997, 263p.
- CAMARGO-MORO, Fernanda de. *Museus – aquisição e documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.
- CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: Unesco; Educarte, 2008.
- CHOAY, Françoise. *L'Allégorie Du Patrimoine*. Paris: SEUIL, 1996.
- CHOAY, Françoise. *The Invention of the Historic Monument*. New York : Cambridge University Press, 2001.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. A arma e o golpe de misericórdia: aspectos sobre a legalidade que (des)ampara os museus, instituições de guarda e pesquisa do patrimônio arqueológico. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 7, n. 13, p. 274-289, 2018.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. A legalidade de um equívoco: acerca dos processos legais para a guarda de materiais arqueológicos em instituições museais. In: *Anais do I Congresso Internacional de Arqueologia da SAB e XIV Congresso Nacional da SAB*. Erechim: Habilis (CD-ROM), 2007.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. Gestão de acervos arqueológicos: considerações sobre a perspectiva legal. In: MENDONÇA, Elizabete de Castro; SILVA, Junia Gomes da Costa Guimarães e (Orgs.). *Bens culturais musealizados: políticas públicas, preservação e gestão*. Rio de Janeiro: Unirio/Escola de Museologia, 2014, p. 79-87.
- COSTA, Carlos Alberto Santos Costa. Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos. *Habitus*, v. 17, n. 1, p. 101-124, 2019.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico-legais de endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológica e museológica. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 215-253, 2017.
- COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. Você me daria um cheque em branco? Um olhar sobre o endosso institucional em projetos de Arqueologia. *Revista de Arqueologia*, v. 26/27, n. 2/1, p. 115-131, 2013/2014.
- DESVALÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: ICOM | Pinacoteca do Estado de São Paulo / Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria; CALDARELLI, Solange Bezerra. Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos? *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 186-214, 2017.
- FABIÃO, Carlos. Descarte de bens arqueológicos móveis: o que realmente importa. *ARQUEOZine*. 29/04/2019. Disponível em <https://arqueozine.com/2019/04/29/descarte-de-bens-arqueologicos-moveis-o-que-realmente-importa-a-opinio-de-carlos-fabiao/>. Acessado em 31/08/2020.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil* (2ª ed.). Rio de Janeiro/Brasília: Editora UFRJ / Iphan, 2005.
- GALLAY, Alain. *A Arqueologia do amanhã* (L'Archéologie Demain). Tradução: Emílio Fogaça. Paris: Pierre Belfont Ed., 1986.
- GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; MARQUES, António; SILVA, Rodrigo Banha da; BETTENCOURT, José António; LAGO, Miguel Lago; FILIPE, Victor. *Recomendação de boas práticas na gestão de espólios arqueológicos: recolha, seleção e descarte*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa / República Portuguesa, 2018.

- GONDIM, Letícia da Silva; SCHERER, Luciane Zanenga; GILSON, Simon-Pierre Noël Robert. Gestão de acervo arqueológico herdado: Rio do Meio, um estudo de caso. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 83-97, 2017.
- HODDER, Ian. *Interpretación en arqueología: corrientes actuales* (1ª ed.). Barcelona: Editorial Crítica, 1988.
- ICOM – Conselho Internacional de Museus. *Código de Ética do ICOM para Museus* (versão Lusófona). Coreia do Sul, em 8 de outubro de 2004.
- JOHNSON, Matthew. *Teoría Arqueológica: una Introducción*. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.
- LAIA, Paulo Otávio. Percursos e fronteiras: os labirintos entre a proteção legal e a salvaguarda institucional das coleções arqueológicas no Brasil. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 166-185, 2017.
- LIMA, Tania Andrade. *Atas do Simpósio A Arqueologia no meio empresarial*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás / Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 2002.
- MASSADAS Paulo; SULLIVAN, Michael. Joga fora (música). Intérprete Sandra de Sá. *Álbum Sandra de Sá*. Rio de Janeiro: Gravadoras RCA Victor / RCA Ariola, 1986.
- MORAES WICHES, Camila Azevedo de. *Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira*. 2010. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.
- MORAES WICHES, Camila Azevedo de. *Patrimônio arqueológico paulista: propostas museológicas para sua preservação*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MORAES WICHES, Camila Azevedo de; SALADINO, Alejandra. Los museos van por aquí y el patrimonio arqueológico por allí: los retos para la continuación de los procesos de preservación en Brasil. *Memorias* (Barranquilla), n. 27, p. 107-144, 2015.
- MORALES, Martha Helena Loeblein Becker. Tudo vira lixo: patrimonialização do descarte. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 9, n. 3, p. 30-38, 2015.
- PARDI, Maria Lucia Franco. *Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação* (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.
- POULOT, Dominique. *Une histoire du patrimoine en Occident*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Arqueología: teoría, métodos y prácticas*. Madrid: Akal editora, 1993.
- RIBEIRO, Diego Lemos. Palestra - Dados científicos e a sociedade: reflexões sobre algumas credences patrimoniais. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 264-289, 2017.
- RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Lisboa: Perspectiva, 2014 [1903].
- SALADINO, Alejandra. Fórum Remaa e GT acervos da Sab - carta de prioridades. *Habitus*, v. 17, n. 1, p. 243-246, 2019.
- SALADINO, Alejandra. Museus e Arqueologia: algumas reflexões sobre a preservação e a valorização dos bens arqueológicos. *Tempo Amazônico*, v. 3, n. 1, p. 159-177, 2015.
- SALADINO, Alejandra; COSTA, Carlos Alberto Santos. E agora, José? Reflexões sobre o estado da arte do patrimônio arqueológico no Brasil. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco de (Orgs.). *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade*. Curitiba: Multideia Editora, 2015, p. 169-190.

- SCHIFFER, Michael Brian. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, v. 37, n. 2, p. 156-165, 1972.
- SILVA, Márcia Regina; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes; QUIRINO, Paula Oliveira. Desbaste e descarte em bibliotecas universitárias: mapeamento da produção científica. *Brazilian Journal of Information Science: research trends - BRAJIS*, v. 6, n. 2, p. 49-64, 2012.
- STRÁNSKÝ, Zbyněk Zbyslav. *Introduction à l'étude de la muséologie* – Destinée aux étudiants de l'École Internationale d'Été de Muséologie / EIEM. Brno: Université Masaryk, 1995.
- TRIGGER, Bruce Graham. *História do pensamento arqueológico*, 2ª ed. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odisseus, 2004 [1989].